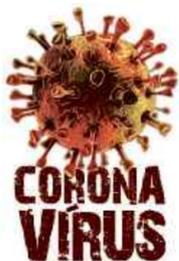




Depois de recorrer ao STF para depor o mais rápido possível à comissão de inquérito, líder do governo publica vídeo nas redes sociais cobrando a oitiva. Senadores, porém, querem coletar mais informações sobre o deputado e a respeito do esquema da Covaxin e da Precisa

Barros força ida à CPI para estancar desgaste



» SARAH TEÓFILO
» BRUNA LIMA

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), fez, ontem, mais uma manobra para ser ouvido o quanto antes pela CPI da Covid. Publicou um vídeo no Twitter no qual afirma que foi convidado para depor no próximo dia 8, mas sua ida foi desmarcada sem qualquer justificativa. A ideia de comparecer logo é para tentar estancar o desgaste dele e do presidente Jair Bolsonaro.

“A CPI não pode sequestrar a minha honra e de qualquer um que seja. Peço ao STF que garanta que eu possa defender a minha honra e dizer que não tenho nada a ver com Covaxin e que ajo no interesse do Brasil”, disse. O parlamentar entrou com um pedido, no Supremo Tribunal Federal (STF), para que determine à comissão de inquérito sua convocação imediata. Além disso, tem feito repetidos apelos aos senadores pelas redes sociais.

O interesse em ser ouvido logo já foi levado por governistas à cúpula da CPI. Na semana passada, o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), e o senador Flávio Bolsonaro (Patriotas-RJ), pediram que o presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), colocasse o depoimento de Barros em pauta. O parlamentar amazonense chegou a anunciar a ida do líder do governo na Câmara para a próxima quinta-feira, mas mudou a agenda após conversar com o vice-presidente da CPI, Raulo Rodrigues (Rede-AP), e outros integrantes do G7, o grupo composto por sete senadores de oposição e independentes ao governo decidem os rumos da comissão.

Reunião de documentos

Por saber que Barros quer ser ouvido para tentar estancar o desgaste dele e do presidente da República, o G7 quer ouvi-lo por último, depois de obter todas as informações que respaldem os questionamentos — e consigam mostrar de forma mais clara o que, por enquanto, são suspeitas. O nome do líder do governo foi levantado durante depoimento do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e do seu irmão, o chefe de importação do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda — que denunciou “pressões anormais” dos seus superiores

antes de a lei entrar em vigor, antes de o contrato estar assinado. Um contrato ilegal, que não tinha lei permitindo a assinatura. R\$ 1,6 bilhão para a compra de uma vacina indiana que nós nem sabemos qual é, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não tinha aprovado ainda”, observou, acrescentando que o esquema não envolve apenas a cúpula do governo, “mas gente de dentro do Ministério da Saúde que, recentemente, foi exonerada”.

Barros. O deputado, aliás, era ministro da Saúde na época em que a Global Saúde, do mesmo grupo da Precisa Medicamentos, vendeu fármacos à pasta, mas não entregou e causou um prejuízo de mais de R\$ 20 milhões (leia mais no quadro). Outra conexão de Barros com a Precisa foi uma emenda parlamentar, apresentada por ele, que possibilitou que a Covaxin pudesse ser importada.

Na agenda da CPI, constam requerimentos para serem votados amanhã, dentre os quais a quebra de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de Barros e de Luis Miranda. Para o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), as dúvidas sobre o líder do governo na Câmara ficam ainda mais fortes à medida que o silêncio de Bolsonaro perpetua em relação ao caso. “A situação do Ricardo é delicada, porque, até agora, o presidente da República não saiu em sua defesa”, salientou.

Entre os senadores, o entendimento que se tem é que não há condições de um parlamentar apenas “capitanear” sozinho uma possível atividade irregular de grande porte, envolvendo aquisição de vacinas no meio de uma pandemia. A avaliação é de que outros deputados também podem ser apontados. Já para os parlamentares, o silêncio do Palácio do Planalto seria pelo receio de que exista um áudio da conversa entre os irmãos Miranda e Bolsonaro — e que, por isso, o presidente não tentou sequer desmentir o deputado do DF ou fez ataques contra ele.

Esquema em grupo

Questionado se via o envolvimento do Centrão nas suspeitas, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) pontuou que Barros representa o agrupamento de partidos que dá suporte ao governo no Congresso. “Esse tipo de esquema normalmente é de grupo, não é um esquema individual. E o histórico de operações de grande porte que a gente tem mostra isso — uma espécie de consórcio político. Mas a gente vai apurar isso com calma e vamos ver o que vai surgindo”, explicou.

Líder da bancada feminina no Senado, Simone Tebet (MDB-MS) afirma que o foco da CPI, agora, é a Covaxin. “Temos não só indícios, temos muitos elementos de prova. Foi empenhado antes de a lei entrar em vigor, antes de o contrato estar assinado. Um contrato ilegal, que não tinha lei permitindo a assinatura. R\$ 1,6 bilhão para a compra de uma vacina indiana que nós nem sabemos qual é, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não tinha aprovado ainda”, observou, acrescentando que o esquema não envolve apenas a cúpula do governo, “mas gente de dentro do Ministério da Saúde que, recentemente, foi exonerada”.

Nesta semana, a intenção dos senadores é ouvir, amanhã, a servidora Regina Célia Oliveira, fiscal do contrato com a Covaxin no Ministério da Saúde; na quarta, o ex-diretor do Departamento de Logística Roberto Dias, que falará desse caso e também das negociações para a compra da vacina indiana; e, na quinta, Carolina Palhares, diretora de Integridade do Ministério da Saúde — setor que, no ano passado, remeteu ao Tribunal de Contas da União (TCU) “a informação sobre irregularidades na compra de kits de reagentes e insumos utilizados em testes de covid-19”.

Denúncias sobre vacina

A CPI abriu uma nova frente nas últimas semanas quando começou a apurar suspeitas de corrupção envolvendo negociações de vacinas. Confira os nomes que aparecem e o que se sabe até o momento



Luis Claudio Miranda



Luis Ricardo Miranda



Ricardo Barros



Luis Dominghetti



Francisco Maximiano



Luis Ricardo Miranda

IRMÃOS MIRANDA

■ Servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda disse ter sofrido “pressões anormais” dos seus chefes para agilizar a importação da Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech, representado no Brasil pela Precisa Medicamentos;

■ Os valores no invoice (nota fiscal internacional) não batiam com os do contrato. A quantidade de doses era inferior e previa pagamento de US\$45 milhões antecipado para uma terceira empresa que não constava no contrato, a Madison Biotech;

■ Documento foi ajustado dias depois, após apontamento do setor de Miranda,

mas o número de doses permaneceu, assim como a empresa, que não consta no contrato;

■ Miranda citou três nomes ao falar das pressões: tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador-geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde; coronel Marcelo Pires, ex-diretor de Programa; e Roberto Dias, ex-coordenador do Departamento de Logística (DLOG);

■ Luis Claudio Miranda (DEM-DF), irmão do servidor, disse que levou ao presidente Jair Bolsonaro as suspeitas do seu irmão e que o presidente afirmou que a situação parecia ser “rolo” do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR);

RICARDO BARROS

■ Era ministro da Saúde na época em que a Global Saúde, do mesmo grupo da Precisa Medicamentos, vendeu medicamento ao ministério, mas não os entregou, causando prejuízos de mais de R\$ 20 milhões ao Erário;

■ Foi de Barros uma emenda do parlamentar apresentada no dia 3 de fevereiro na Medida Provisória (MP) 1.026 que possibilitou que a Covaxin pudesse ser importada ao Brasil;

■ Ricardo Barros nomeou a servidora Regina Célia Oliveira em 2018, época em que ele era ministro, na função de assistente técnica Secretária de Vigilância em Saúde. Ela foi a fiscal do contrato com a Covaxin e deu aval para a importação da vacina indiana, “passando por cima” de Miranda;

■ Advogado de Barros, Flávio Pansieri que atuou como representante legal da vacina Convidecia, do laboratório chinês CanSino, em uma reunião da Anvisa;

■ Contrato de R\$5 bilhões chegou a ser assinado para aquisição de 60 milhões de doses, a US\$17 cada. Seria a vacina mais cara a ser adquirida pelo governo;

■ A Belcher Farmacêutica, com sede em Maringá (PR), atuou como representante do laboratório chinês no Brasil. Assim como a Covaxin, a negociação contou com empresa intermediária, mas a Cansino rescindiu contrato com a Belcher;

■ Barros já foi prefeito de Maringá. Um dos sócios da Belcher é filho de Francisco Feio Ribeiro Filho, que atuou na gestão de Barros na prefeitura da cidade;

■ Belcher foi alvo da Operação Falso Negativo, no Distrito Federal, do Ministério Público e da Polícia Civil do DF, deflagrada em março deste ano. A operação apurava grupo por suspeita de fraude na compra de testes rápidos para covid-19;

PRECISA MEDICAMENTOS

■ Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos, também tinha participação na Global, empresa que deu calote no Ministério da Saúde;

■ Maximiano foi convocado pela CPI. Ele já participou de um encontro com o presidente do BNDES e o senador Flávio

Bolsonaro, em outubro do ano passado, para discutir assuntos relativos à internet, segundo agenda;

■ Senadores suspeitam da celeridade na negociação da Covaxin e um esforço maior do governo em agilizar a importação do imunizante;

LUIS DOMINGHETTI

■ Disse que recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose quando tentou vender 400 milhões de doses de vacina da AstraZeneca ao Ministério da Saúde

■ A dose custaria US\$ 3,5, sem a propina

■ Dominghetti é um cabo da PM de Minas Gerais que disse que começou a atuar no mercado de insumo para “complemento de renda”. Atua como vendedor autônomo da empresa Davati Medical Supply;

■ O pedido de propina teria partido, segundo ele, do ex-diretor do DLOG Roberto Dias, que já havia sido citado por Luis Miranda. Dias foi exonerado após a denúncia;

■ Disse que também estava presente no momento do pedido o ex-assessor do departamento Marcelo Blanco e uma terceira pessoa que, segundo ele, talvez seja o coronel Alexandre Martinelli, ex-subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde. Martinelli nega.

Jefferson Rudy/Agência



Aziz (E, com Renan) marcou a convocação de Barros para dia 8, mas recuou após conversar com membros do G7

Encontros em sequência

» RENATO SOUZA

Em 28 de abril deste ano, aproximadamente um mês depois de o deputado Luis Miranda (DEM-DF) ter informado ao presidente Jair Bolsonaro sobre eventual fraude na compra da vacina indiana Covaxin, o Palácio do Planalto tentou fechar o contrato de aquisição do imunizante que sairia por um preço 1.000% maior que o valor original. Nesta data, porém, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Moreira da Cruz, se reuniu com o empresário Francisco Maximiano, dono da Precisa — que intermediou a compra de R\$ 20 milhões de doses do imunizante fabricado pela Bharat Biotech.

Mas, menos de duas horas depois de se encontrar com Maximiano, Rodrigo Moreira se reuniu com Bolsonaro, conforme está registrado na agenda oficial do secretário-executivo. A Precisa está no centro de um escândalo envolvendo suposta fraude em contratos de compra da Covaxin pelo ministério.

Como não depôs à CPI da Covid por ter obtido, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o direito a permanecer em silêncio, Maximiano enviou uma apresentação de slides aos senadores como forma de tentar se explicar. Ele não se defende das principais acusações que pairam sobre ele, mas, apenas, se empenha em levantar fatos para invalidar o depoimento dos irmãos Miranda sobre o recebimento do invoice (a fatura da vacina) para liberar a importação. O chefe de importação do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, explicou, na sessão de 25 de junho, que o documento chegou com problemas em 18 de março, mas, mesmo assim, sofreu “pressões anormais” para aprová-lo — como, aliás, narrou ao Ministério Público Federal e reforçou em depoimento à comissão de inquérito.

Divergência de datas

Segundo Maximiano, seria mentira que o invoice (recibo internacional) teria sido enviado na data alegada por Luis Ricardo. “O problema (uma prévia de orçamento) invoice é somente enviado ao Ministério da Saúde em 22 de março. Portanto, posso afirmar que é uma contradição central dos irmãos Miranda. Quando vão ao presidente, no dia 20, não havia nem o arquivo, muito menos a suspeita ou o problema com o proforma”, alegou.

No entanto, o próprio governo, em pronunciamento à imprensa, mostrou que o documento chegou na data demonstrada por Miranda.

Por conta do episódio da Covaxin, a apuração da CPI deve seguir a trilha de outros imunizantes. A próxima é da vacina russa Sputnik V, cuja representação no Brasil é feita pela União Química, que tem aparecido nos requerimentos dos senadores do G7 há algum tempo, mas sem qualquer aprofundamento. (Colaboraram ST e BL)